

**ATA**

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores - Adelina Paula Mendes Pinto, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Fernando José Barros Pacheco Seara de Sá, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Bruno Alberto Vieira Fernandes. -----

Na sequência da renúncia do mandato da Vereadora Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, eleita pela Coligação Juntos Por Guimarães e como estivesse presente o cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Hugo Miguel Alves Ribeiro, foi efetuada a respetiva substituição, nos termos do n.º 4, do art.º 76.º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, tendo, consequentemente, participado como Vereador na presente reunião ordinária. -----

Não compareceu o Vereador Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora de Departamento, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1. Vereador Hugo Ribeiro – Agradeceu ao Presidente da Câmara a prontidão na resposta ao pedido de esclarecimentos sobre a Cooperativa Taipas Turitermas que apresentou na reunião de Câmara anterior. Considerou grave o teor da comunicação do Dr. Hélder Pereira referindo que, após esse momento, foi evidente um desenrolar de reuniões, pareceres e troca de e-

mails entre diferentes serviços da Autarquia, que em nada refletiram as declarações veiculadas, quer pelo Presidente da Câmara, quer pelo Vereador Ricardo Costa, de que a alteração do Presidente da Direção da Cooperativa Taipas Turitermas se deveria a um ato normal e ao fim de um ciclo de 10 anos de trabalho profícuo. Continuou, dizendo que nada foi comunicado ao tempo aos Vereadores, concretamente quanto ao que estava na base da alteração dos órgãos sociais da Cooperativa Taipas Turitermas. Disse que não iria contestar os pareceres jurídicos emitidos, considerando que este órgão deveria ter mais acuidade na veiculação de informação relevante, garantindo, assim, o direito à informação aos cidadãos vimaranenses. Disse que considerava que há questões preocupantes que culminaram na substituição do Presidente da Direção da Cooperativa Taipas Turitermas, tendo perguntado ao Presidente da Câmara se mantinha a confiança política no Vereador Ricardo Costa em face do teor da comunicação do Dr. Hélder Pereira e de todas as circunstâncias que lhe estão subjacentes. -----

2. Presidente da Câmara – Esclareceu que as cooperativas e as empresas municipais têm órgãos sociais próprios e que é nessa sede que devem dirimir as suas questões internas, desde logo permitindo o contraditório às alegações formuladas. Quanto à perda de confiança, disse que tal nunca esteve no seu pensamento, referindo que não retirava a confiança a quem teve sucesso nos seus mandatos. -----

-----INFORMAÇÕES-----

Leu, em voz alta, a carta envia pela Vereadora Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, através da qual comunica a sua renúncia ao respetivo Mandato, cujo teor a seguir se transcreve: “Na qualidade de eleita para a Câmara Municipal de Guimarães pela lista do PSD-CDS para o Mandato 2017-2021, venho, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do art.º 76.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, comunicar a V. Ex.ª a



minha decisão de renúncia ao respetivo Mandato. Fez sempre parte da minha educação e da minha formação o meu envolvimento na vida da comunidade onde me insiro, quer no domínio pessoal, quer no profissional. Assim, perante o desafio que me foi colocado pela Coligação Juntos por Guimarães, e que aceitei com orgulho e com sentido de dever, tentei dar o meu melhor contributo pelo nosso concelho. Mesmo durante o meu período de ausência, mantive-me sempre atenta e colaborante, ainda que à distância. Exerci as minhas funções como vereadora do concelho de Guimarães com empenho, mas as atuais exigências e responsabilidades da minha vida familiar, profissional e pessoal não me permitem continuar a exercer, com a dedicação necessária, o cargo para o qual fui eleita, pelo que renuncio à vereação, na certeza de que não abandonarei, de modo algum, a minha atividade cívica como cidadã vimaranense, apenas estarei numa esfera menos central, mas sempre empenhada em prol da sociedade civil. Finalmente, queria expressar a todos os membros do Órgão Executivo votos das maiores felicidades no exercício do respetivo Mandato.” -----

O **Presidente da Câmara** disse querer agradecer, em nome da Câmara Municipal, o empenho, a dedicação e a forma séria e inteligente como a Vereadora Maria Helena Soeiro desempenhou o seu cargo. Aproveitou para desejar as maiores felicidades ao Vereador Hugo Ribeiro no atual Mandato, agora em regime definitivo. -----

O **Vereador André Coelho Lima** referenciou a Vereadora Maria Helena Soeiro como uma colaboradora exemplar tendo recordado a importância das suas intervenções, sobretudo no âmbito da Educação, área de seu maior conhecimento técnico e empírico. Disse que o seu estado de saúde motivou o afastamento progressivo ainda no final do Mandato anterior, e no atual Mandato acrescentaram-se questões familiares que ditaram, assim, a sua renúncia. Registou a colaboração que sempre manteve com os restantes

eleitos pela Coligação Juntos por Guimarães deixando uma palavra de amizade e agradecimento pelo trabalho desenvolvido em prol do Município.

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Da informação dos Serviços da Divisão de Desenvolvimento Económico relativa aos Contratos de Concessão de Benefícios Tributários Municipais formalizados e subscritos pelas partes, no hiato temporal compreendido entre 1 de janeiro de 2019 e 30 de dezembro de 2019, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 20 DE JANEIRO DE 2020. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador André Coelho Lima não participou na votação da ata por não ter estado presente na reunião. -----

OBRAS PÚBLICAS – VIA DE LIGAÇÃO DO REBOTO A MOURIL - SILVARES - RESPOSTA A PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS/ERROS E OMISSÕES –

RATIFICAÇÃO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 1 de outubro de 2019, que aprovou a decisão do júri do procedimento em epígrafe, em anexo, relativa a pedido de esclarecimentos/erros e omissões respeitantes à empreitada designada por “Via de Ligação do Reboto a Mouril – Silvares”. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.
DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS – REPERFILAMENTO DA EM 582 (RUA ENG. DUARTE AMARAL) - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, que aprovou a repartição de encargos da empreitada em epígrafe de acordo com a seguinte informação dos serviços do Departamento de Obras Municipais: “No Plano Plurianual de



Investimentos para o ano de 2020 consta a execução da obra em título, onde foi inscrita a verba de €2.950.000,00 destinada a suportar a despesa, com a rubrica 3.3.1.1.84. Com vista a ser adjudicada a empreitada à empresa **“Cândido José Rodrigues, S.A.”** conforme proposto pelo Júri do Procedimento, em 20/01/2020, pelo preço de **€2.986.187,50 + IVA**, e atento o plano de pagamentos da respetiva proposta, sugiro a seguinte repartição de encargos: Ano de 2020 – €2.113.279,99 + IVA = €2.240.076,79; Ano de 2021 – €872.907,51 + IVA = €925.281,96.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – REPERFILAMENTO DA EM 582 (RUA ENG. DUARTE AMARAL) – ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO -

Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao concurso público identificado em assunto, em anexo, propondo que a empreitada designada por “Reperfilamento da EM 582 (Rua Eng^o Duarte Amaral)” seja adjudicada ao concorrente “Cândido José Rodrigues, S.A.”, pelo preço de €2.986.187,50, + IVA (dois milhões, novecentos e oitenta e seis mil e cento e oitenta e sete euros e cinquenta cêntimos) sendo o prazo de execução de 365 dias, nos termos do previsto no Caderno de Encargos. Mais se propõe a aprovação da correspondente minuta do contrato. O relatório final e a minuta do contrato dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -

FREGUESIAS – FREGUESIA DE GONÇA - APOIO FINANCEIRO PARA REVITALIZAÇÃO DO CAMPO DE JOGOS COM INSTALAÇÃO DE RELVADO SINTÉTICO – Presente a seguinte proposta: “A instalação de relvados sintéticos tem potenciado o aparecimento de mais atletas federados em vários clubes desportivos do Concelho. A Freguesia de Gonça é proprietária do campo de jogos denominado Água das Cabras, pretendendo requalificar este espaço desportivo com a instalação de um relvado sintético. Na

verdade, tem-se revelado muito difícil convencer os mais jovens a praticar desporto neste equipamento, considerando as deficientes condições que oferece, pelo que, atualmente, somente os atletas seniores do Atlético Clube de Gonça utilizam este campo de jogos. Por outro lado, nas imediações desta freguesia não existem clubes desportivos que disponham de campos de futebol com relva sintética. Neste sentido, tendo em consideração o interesse público de que esta intervenção se reveste, já que a obra irá revitalizar este equipamento desportivo, proponho, ao abrigo da alínea j), do n.º 1, do art.º 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal delibere propor à aprovação da Assembleia Municipal a atribuição de um apoio de €200.000,00 à Freguesia de Gonça, para instalação de um relvado sintético no seu campo de jogos, a pagar em 4 prestações anuais de €50.000,00. Salienta-se que, tendo sido aprovado o Sistema de Controlo Interno (SCI) da Câmara Municipal, a Freguesia deve cumprir o disposto nos artigos 145º (Apresentação dos pedidos de apoios pelas freguesias) e 146º (Pagamento dos apoios às freguesias) do SCI, que dispõem o seguinte: Art.º 145º, nº 3 – “Os apoios municipais para realização de obras em edificações e outras instalações, só são concedidos desde que aquelas se encontrem licenciadas.” Art.º 146º - “O pagamento dos apoios aprovados é efetuado da seguinte forma: a) para realização de obras, mediante elaboração de auto de medição pelo Departamento de Obras Municipais e apresentação da respetiva fatura pela freguesia; (...)”

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SOUTO SANTA MARIA, SOUTO S. SALVADOR E GONDOMAR – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO -

Presente a seguinte proposta: “O Município de Guimarães dispõe de atribuições nos domínios dos tempos livres e desporto, sendo suas



h.

fu

competências próprias nessa matéria a criação, construção e gestão de instalações, equipamentos, serviços e redes de circulação integrados no património do Município ou colocados, por lei, sob administração municipal (art.º 23º conjugado com as alíneas bb) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do mesmo diploma legal, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações. Desta forma, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a aprovação da delegação de competências, para o corrente ano de 2019, para gestão e manutenção do Pavilhão Desportivo. Propõe-se, ainda, que seja delegada na União das Freguesias Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar a realização de obras de beneficiação do Pavilhão de Souto Santa Maria, cujo orçamento, elaborado pelo Departamento de Obras Municipais, ascende a €16.000,00. A ser aprovada a presente proposta, a verba em apreço será paga após celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e mediante autos de medição do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos solicitou a colaboração do Município, através da cedência de autocarro, para o transporte dos idosos, no dia 29 de janeiro, a Guimarães. Considerando que se trata de uma deslocação no âmbito da Universidade Sénior e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização do veículo em causa, por meu despacho, de 16

de janeiro de 2020, foi deferido o pedido. Nos termos da alínea j) do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição deste tipo de apoios é da competência da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, pelo que se submete para ratificação destes órgãos municipais o transporte solicitado.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

REGULAMENTOS – REGULAMENTO MUNICIPAL - INÍCIO DE PROCEDIMENTO PARA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA LIMPEZA PÚBLICA DE GUIMARÃES – Presente a seguinte informação: “Os

serviços municipais da Divisão de Serviços Urbanos pretendem dar início ao procedimento tendente à alteração do Regulamento Municipal da Limpeza Pública de Guimarães, concretamente para o adequar à nova legislação relativa à redução do impacto das pontas de cigarros, charutos ou outros cigarros no meio ambiente, à Lei n.º 88/2019 de 3 de setembro, e para integrar a redução do plástico de uso único no espaço público. Para esse efeito, e nos termos dos art.ºs 97.º a 101.º (quanto ao procedimentos de elaboração), e art.ºs 139.º a 144.º (quanto à eficácia dos regulamentos) do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, deve ser submetida uma proposta a reunião de Câmara, para que esta delibere a abertura do procedimento tendente à alteração daquele Regulamento e posterior aprovação pelos órgãos do Município. A publicitação da iniciativa procedimental será efetuada no sítio institucional do Município, sendo que os interessados deverão constituir-se como tal, no procedimento, no prazo 10 dias úteis, a contar da data da publicitação de aviso no “site” deste Município, com vista a apresentar os seus contributos para a elaboração da alteração do mencionado Regulamento. A apresentação dos contributos para a alteração do Regulamento deve ser formalizada por escrito em requerimento dirigido ao



11

fr

Presidente da Câmara.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

RECURSOS HUMANOS – UNAGUI - AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE TRABALHO EXTRAORDINÁRIO – Presente a seguinte proposta: “Promovido pela UNAGUI, realiza-se no próximo dia 6 de junho, no Auditório da Universidade do Minho, um espetáculo de variedades que implica a prestação de trabalho extraordinário por parte do sonoplasta da Câmara Municipal que ali presta serviço. Considerando o caráter gratuito do espetáculo e atendendo ao objeto social da UNAGUI, proponho que a Câmara assuma o pagamento do referido trabalho extraordinário, cujo custo se estima em €49,76.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** --

RECURSOS HUMANOS – COOPERATIVA FRATERNA - AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE TRABALHO EXTRAORDINÁRIO – Presente a seguinte proposta: “Promovida pela FRATERNA, realiza-se no próximo dia 5 de junho, no Auditório da Universidade do Minho, um espetáculo que implica a prestação de trabalho extraordinário por parte do sonoplasta da Câmara Municipal que ali presta serviço. Considerando o caráter gratuito do espetáculo e atendendo ao objeto social da FRATERNA, proponho que a Câmara assuma o pagamento do referido trabalho extraordinário, cujo custo se estima em €17,24.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedida em virtude de pertencer aos órgãos sociais da entidade. -----

TRÂNSITO – PART – PROGRAMA DE APOIO À REDUÇÃO TARIFÁRIA NOS TRANSPORTES PÚBLICOS – 2020 - CONTINUIDADE DAS AÇÕES IMPLEMENTADAS EM 2019 – Presente a seguinte informação: “O Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos (PART), iniciado e implementado em 2019, ao abrigo do Despacho n.º 1234-A/2019, de 4 de fevereiro, terá continuidade em 2020 e anos seguintes, em conformidade

com o Decreto-Lei n.º 1-A/2020, de 3 de janeiro, que revoga o referido despacho e estabelece o regime jurídico aplicável ao PART nos transportes públicos coletivos de passageiros. O Decreto-Lei n.º 1-A/2020 mantém os princípios introduzido pelo Despacho de n.º 1234-A/2019, promovendo a devida e inerente adaptação, prevendo o incremento da comparticipação mínima dos Municípios de 2,5% em 2019 para 10% da verba transferida pelo Estado em 2020 e 20% nos anos seguintes. Na presente data, e atendendo a que o montante das receitas a consignar anualmente ao Fundo Ambiental para o PART é estabelecido na lei que aprova o Orçamento do Estado, ainda não é conhecida a dotação que caberá à CIM do Ave. Este valor, atenta o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 1-A/2020, de 3 de janeiro, será estabelecido através de despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da modernização do Estado e administração pública, do ambiente e das infraestruturas, tendo em consideração o número de utilizadores de transportes públicos, ponderado pelo tempo médio de deslocação em transportes públicos, de acordo com os dados apurados nos Censos de 2011, e por um fator de complexidade dos sistemas de transporte nas áreas metropolitanas. Caberá à CIM do Ave proceder à repartição da dotação pelas autoridades de transporte do seu território, tendo em consideração, designadamente, a oferta em lugares quilómetro associados aos serviços de transporte por estas gerido. Considerando que o Orçamento do Estado não se encontra aprovado, não é ainda conhecido o valor que será afeto ao Município de Guimarães, sendo, no entanto, expectável que haja um reforço da verba destinado ao PART, sem prejuízo do agravamento da comparticipação mínima dos Municípios que integram as CIM e AM. Não obstante, importa assegurar a continuidade no ano em curso das ações implementadas em 2019, sem prejuízo da ulterior determinação de outras ações a deliberar, após a publicação do montante



1.

[Handwritten signature]

que caberá à CIM do Ave e consequentemente da dotação afeta ao Município de Guimarães. Face ao exposto, com o intuito de fomentar a utilização do transporte público, em detrimento do transporte individual, contribuindo para a formação de hábitos futuros, submete-se à consideração superior a deliberação em reunião do executivo da manutenção das ações a seguir elencadas, implementadas em 2019, por forma a garantir a sua continuidade em 2020: 1. Extensão da gratuidade do transporte escolar dos alunos do ensino secundário que residam a mais de três quilómetros do estabelecimento de ensino e beneficiem atualmente da comparticipação de 50% no âmbito do transporte escolar, incrementando esta até aos 100%. Considerando que a despesa máxima mensal ocorrida no presente ano letivo 2019/2020 (setembro a dezembro), totalizou €39.609,50, esta ação implicará uma despesa de €435.704,50, correspondente aos meses de janeiro a julho, do ano letivo 2019/2020, e de setembro a dezembro, do ano letivo 2020/2021. -----

Designação	Valor máximo / mês, 2019	Valor estimado / mês para 2020	nº meses	Valor estimado total para 2020
Comparticipação do valor remanescente (50%) do passe dos alunos do ensino secundário - jan a jul (ano letivo 2019/2020) e set a dez (ano letivo 2020/2021)	39 609,50 €	39 609,50 €	11	435 704,50 €

2. Comparticipação de 50% dos passes de alunos do ensino básico e secundário, que residam a uma distância inferior a 3 quilómetros do estabelecimento de ensino, desde que matriculados no estabelecimento de ensino da área de residência, por forma a promover o acesso ao transporte escolar, independentemente da distância entre o local de residência e o estabelecimento de ensino. Considerando que a despesa máxima mensal verificada no presente ano letivo 2019/2020 (setembro a dezembro), totalizou €265,30, e estimando um incremento da procura de 10%, esta ação implicará uma despesa de €3.210,13, correspondente aos meses de

janeiro a julho, do ano letivo 2019/2020, e de setembro a dezembro, do ano letivo 2020/2021. -----

Designação	Valor máximo / mês, 2019	Valor estimado / mês para 2020	nº meses	Valor estimado total para 2020
Comparticipação de 50% do passe de alunos com residência inferior a 3 kms - jan a jul (ano letivo 2019/2020) e set a dez (ano letivo 2020/2021)	265,30 €	291,83 €	11	3 210,13 €

3. Comparticipação de 50% do passe em transporte público regular para crianças ou jovens, até aos 18 anos - "Passe Sub-18", para o mês de agosto, período de férias escolares não abrangido pelo passe escolar, por forma a garantir a mobilidade e promover a sua capacidade de deslocação em transporte público, no concelho de Guimarães. Considerando a comparticipação ocorrida em 2019 e estimando um incremento da procura de 100%, a ação implicará uma despesa total de €1.509,70. -----

Designação	Valor máximo / mês, 2019	Valor estimado / mês para 2020	nº meses	Valor estimado total para 2020
Comparticipação de 50% de um "Passe Sub-18", mês de agosto	754,85 €	1 509,70 €	1	1 509,70 €

4. Compartilhar o passe da Linha Cidade (TUG) aos assinantes do passe da CP – Comboios de Portugal, com origem / destino em Guimarães, no montante de 7,10€ (em 2019 era de 7,00€), por forma a promover o transporte público, designadamente na intermodalidade com o modo ferroviário. Esta ação mantém o alcance supramunicipal, atento o serviço do comboio aos concelhos limítrofes, Vizela e Santo Tirso, bem como dos demais da Área Metropolitana do Porto, perseguindo o objetivo de migrar os utilizadores do transporte individual para o transporte coletivo. Considerando a comparticipação máxima ocorrida no ano 2019 e estimando um incremento da procura de 10%, a ação implicará uma despesa mensal aproximada de 92,40€, e, para o período de janeiro a dezembro de 2020 – 12 meses, uma despesa total de 1.108,80€. -----



11

[Handwritten signature]

Designação	Valor máximo / mês, 2019	Valor estimado / mês para 2020	nº meses	Valor estimado total para 2020
Comparticipação do passe da linha da cidade (TUG) aos assinantes da CP - Comboios de Portugal, com origem / destino em Guimarães, jan a dez	84,00 €	92,40 €	12	1 108,80 €

A aprovação destas ações para o ano em curso implica a atribuição de um subsídio aos utentes do transporte público regular rodoviário, numa despesa total estimada de 441.533,13€, cabendo ao Município uma participação mínima de 10% no âmbito do PART, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 1-A/2020, de 3 de janeiro. A deliberação da presente proposta não dispensa a futura elaboração e aprovação de ações adicionais, no âmbito do Programa de Apoio à Redução Tarifária para 2020, mediante determinação da dotação afeta à CIM do Ave.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 7 DE SETEMBRO DE 2017 E POSTERIOR ADENDA DATADA DE 8 DE JANEIRO DE 2019, COM A EMPRESA SECILOR – SERRALHARIA CIVIL DE LORDELO, UNIP. LDA. – Presente a seguinte informação: “A empresa SECILOR – SERRALHARIA CIVIL DE LORDELO, UNIP., LDA. , representada por Abel Rodrigues da Silva na qualidade de gerente, vem, no âmbito da candidatura aprovada por deliberação de Câmara a 03/08/2017 e subsequente aprovação do Projeto Económico de Interesse Municipal, cujo contrato foi celebrado em 07/08/2017, e posterior adenda data de 08/01/2019, requerer a redução do valor de investimento inicialmente contratualizado de 654.200,00€ para 533.920,42€, assim como dos postos de trabalho de 4 para 2. Nos termos do art.º 14.º do Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal (RPEIM), é possível a renegociação dos contratos de concessão de benefícios tributários municipais. Ao abrigo do art.º 7º do

RPEIM, os serviços municipais procederam à avaliação do pedido, considerando os novos pressupostos apresentados e concluíram que se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **46%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. O RPEIM prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se, assim, em conformidade com o disposto no nº 5, do art.º 10º do RPEIM, que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a renegociação do contrato PEIM apresentado pela empresa **SECILOR – SERRALHARIA CIVIL DE LORDELO, UNIP., LDA.**, nos termos da informação dos serviços da Divisão de Desenvolvimento Económico, em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta da adenda ao contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo (**doc. 2**).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – APROVAÇÃO DE CANDIDATURA PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS – ORTHOS XXI – UNIPESSOAL LDA. APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A CELEBRAR –

Presente a seguinte informação: “Nos termos do nº 1 do art.º 9.º do Regulamento de Projetos Económicos de interesse Municipal – RPEIM, o Município de Guimarães procede à avaliação da candidatura apresentada a PEIM, considerando a análise aos elementos instrutórios submetidos, os estudos económico-financeiros e de viabilidade económica apresentados,



11.

m

assim como o estudo prévio relativo a operações urbanísticas sempre que ao projeto de investimento tal pretensão lhe esteja subjacente. A candidatura a PEIM consubstancia a análise do projeto de investimento, com vista à concessão de benefícios fiscais e/ou de taxas municipais e o executivo camarário decide o resultado da avaliação da candidatura, à concessão dos benefícios solicitados com base no art.º 3.º do regulamento, após parecer dos competentes serviços municipais, devendo o parecer expressar a percentagem dos benefícios a conceder. A **ORTHOS XXI – UNIPESSOAL LDA.**, apresentou uma candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do RPEIM e determinado a percentagem de 85% como benefício fiscal aplicável ao projeto de investimento em apreço, de acordo com o somatório das classificações obtidas nos termos do art.º 12.º daquele Regulamento. Desta análise resulta ainda que, ao abrigo do art.º 14.º do Regulamento, o projeto PEIM aprovado beneficia ainda de uma redução de 50% das taxas devidas pelo licenciamento de operações urbanísticas enunciadas no art.º 3.º. O RPEIM prevê, no n.º 6 do art.º 9.º e no art.º 10.º, que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se assim, a aprovação da candidatura a PEIM apresentada pela empresa **ORTHOS XXI – UNIPESSOAL LDA.**, nos termos da informação dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo como **doc. 2.** Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta

anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS AOS ALUNOS DO 1.º CEB PARA AQUISIÇÃO DE LIVROS DE FICHAS E/OU CADERNOS DE ATIVIDADES – ANO LETIVO 2019/2020 – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 18 DE JULHO DE 2019 – Presente a seguinte informação: “Como é de conhecimento superior, por deliberação de Câmara de 18 de julho último, procedeu-se à atribuição de apoios aos alunos do 1.º CEB para aquisição de livros de fichas e/ou cadernos de atividades para o ano letivo 2019/2020, mediante transferência de verbas para os respetivos Agrupamentos de Escolas num total de €150.933,22. Dado que aquela transferência teve por base os valores atribuídos no ano letivo anterior, e o preço unitário dos livros de fichas e/ou cadernos de atividades sofreu alterações, verifica-se que, em face dos comprovativos de despesa apresentados pelo Agrupamento de Escolas Vale de S. Torcato, há necessidade de proceder ao reforço de verba em €420,76. Assim, e em face do exposto, propõe-se que se proceda à retificação da deliberação de Câmara de 18 de julho último e seja dado despacho de autorização de cabimento e compromisso daquele valor.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA AQUISIÇÃO DE UM ELETRODOMÉSTICO (FRIGORÍFICO) – Presente a seguinte informação: “Foi rececionada na Divisão de Ação Social uma candidatura para apoio na aquisição de um frigorífico. Após análise da mesma e subsequente estudo efetuado pelos nossos serviços, apresentam-se de seguida os dados da caracterização socioeconómica do agregado familiar, bem como o valor respetivo da comparticipação a atribuir: -----

Nº Processo	Freguesia	Rendimento P/ Capita	Subsídio a atribuir
272065196/19	Ronfe	€44,88	€279,50



11.

Assim, submete-se para aprovação, ao abrigo da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, que se enquadra no consignado na alínea v) do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a concessão deste apoio à requerente, cujo valor total se estima em **€279,50** (duzentos e setenta e nove euros e cinquenta cêntimos).” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS RESPEITANTES A DOIS RAMAIS DE SANEAMENTO E TARIFAS DE LIGAÇÃO – Presente a seguinte informação: “Foram recebidas na Divisão de Ação Social duas candidaturas para efeitos de apoio no pagamento da despesa referente de dois ramais de saneamento e respetivas tarifas de ligação. Após análise destas candidaturas e subsequentes estudos socioeconómicos efetuados pelos nossos serviços, apresentam-se de seguida alguns dados de caracterização dos agregados familiares, bem como o valor das respetivas comparticipações a atribuir: -----

Nº Processo	Freguesia	Rendimento <i>Per Capita</i>	Valor a atribuir
144013444/19	Mesão Frio	€181,28	€1.000,00
154820911/19	Silvares	Rendimento Disponível Negativo	€1.000,00

Comprovada a precariedade económica dos agregados familiares, bem como as restantes condições previstas no Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, que se enquadram no consignado do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, submete-se para aprovação a atribuição de um subsídio aos requerentes, no valor total de **€2.000,00** (dois mil euros) ao abrigo da alínea b) do art.º 2.º do referido Regulamento. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – SUBSÍDIO PARA TRANSPORTE DE UMA PESSOA COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS (CERCIFAF) – Presente a seguinte informação: “Foi apresentada uma candidatura à Divisão de Ação Social

para efeitos de pedido de apoio na deslocação de um jovem com necessidades educativas especiais (NEE), da sua residência para a CERCIFAF, tendo em conta a situação de vulnerabilidade do agregado familiar, facto que ficou comprovado após termos realizado o respetivo estudo socioeconómico, cujo resultado a seguir se apresenta: -----

Nº Processo	Sexo	Rendimento P/Capita
251187187/20	Masculino	€143,85

Assim, submete-se para aprovação, ao abrigo alínea d) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, a concessão de um apoio à requerente, convertido na disponibilização de um serviço de transporte adaptado, de fevereiro a dezembro de 2020, cujo valor se estima em €6.112,00 (seis mil cento e doze euros), para que possa o jovem possa deslocar-se diariamente da sua residência para a CERCIFAF. À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO – NÚCLEO REGIONAL - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Liga Portuguesa Contra o Cancro – Núcleo Regional Norte solicitou, a colaboração do município através da cedência de autocarro, para efetuar o transporte de senhoras, de forma a realizar consulta de aferição do cancro da mama, nos dias 03, 13 e 27 de fevereiro, ao Porto. Considerando que, se tratam de deslocações que visam o rastreio do cancro da mama promovido pela Liga Portuguesa Contra o Cancro e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 21 de janeiro de 2020, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----



11.

fu

CULTURA – PRÉMIO CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES PARA O MELHOR ALUNO DA UNIVERSIDADE DO MINHO – ANO LETIVO 2018/2019
– O Presidente da Câmara solicitou que este assunto fosse retirado da ordem de trabalhos para reavaliação do valor do prémio a atribuir, pelo que a proposta foi retirada. -----

CULTURA – ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ESTUDANTES DO LICEU DE GUIMARÃES – SUBSÍDIO PARA UTILIZAÇÃO DO GRANDE AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL VILA FLOR – Presente a seguinte proposta: “A Associação dos Antigos Estudantes do Liceu de Guimarães – Velhos Nicolinos vem solicitar um subsídio que lhe permita fazer face aos custos de utilização do Grande Auditório do Centro Cultural Vila Flor, local de realização das tradicionais Danças de S. Nicolau, em 1 de dezembro passado. Deste modo, considerando o interesse da manifestação e o facto de a Associação em causa não dispor dos meios que lhe permitam fazer face aos encargos decorrentes da utilização do Grande Auditório, proponho, nos termos da alínea o) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a atribuição, à Associação dos Antigos Estudantes do Liceu de Guimarães, de um subsídio de €2.306,26, destinado a suportar os custos de utilização do Grande Auditório do Centro Cultural Vila Flor para a realização da edição de 2019 das Danças de São Nicolau.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** A Vereadora Adelina Paula Pinto não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedida em virtude de pertencer aos órgãos sociais da entidade que gere o Centro Cultural Vila Flor. -----

CULTURA – IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DA LUZ – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “A Irmandade de Nossa Senhora da Luz apresentou a esta Câmara Municipal um pedido de atribuição de subsídio para apoiar as obras de ampliação das suas instalações. Esta

Irmandade tem a sua sede na Capela da Nossa Senhora da Luz, na freguesia de Creixomil e tem como objetivos promover o culto da Nossa Senhora da Luz e superintender pelas Festas em honra da Nossa Senhora da Luz. Recentemente ampliou as instalações do Rés-do-chão, para proporcionar melhores condições para o espaço de convívio das Festas da Senhora da Luz e licenciou um edifício com cave para arrecadação de materiais da Irmandade e da Comissão de Festas e instalação de sanitários e da secretaria da Irmandade. Neste contexto, e reconhecendo-se a relevância do trabalho desenvolvido por esta Irmandade em prol do bem-estar e da qualidade de vida da população desta Freguesia, submete-se para aprovação superior a atribuição de um subsídio à Irmandade de Nossa Senhora da Luz, no valor de €30.000,00 (trinta mil euros), ao abrigo da al. u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – CASA DO POVO DE FERMENTÕES - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ÀS ATIVIDADES DO MUSEU DE AGRICULTURA – Presente a seguinte proposta: “A Casa do Povo de Fermentões mantém há diversos anos em funcionamento o seu Museu de Agricultura, promovendo diversas iniciativas regulares de animação do Museu que, pelo interesse público de que se revestem, enquanto instrumentos de divulgação e vivificação das tradições agrícolas regionais, merecem ser apoiadas. Em face das dificuldades manifestadas pela Casa do Povo em continuar a custear isoladamente a sua realização, e em razão do citado interesse público, proponho, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação a atribuição, à Casa do Povo de Fermentões, de um subsídio de €3.000,00, destinado a compartilhar nos custos de realização das atividades citadas.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----



Li.

[Handwritten signature]

DESPORTO – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS ÉPOCA 2019/2020 E CONTRATOS-PROGRAMA TRANSITADOS DA ÉPOCA DESPORTIVA 2018-2019 – Presente a seguinte proposta: “**I - SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS – ÉPOCA 2019/2020** - No âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Associações Desportivas de Guimarães, procedeu-se à receção e análise das candidaturas para apoios aos clubes desportivos para a época desportiva 2019-2020, sendo que, na data limite para a apresentação de candidaturas, a 31 de outubro de 2019, estavam devidamente inscritos no Registo Municipal das Associações Desportivas (RMADG) um total de 112 clubes, requisito indispensável para a apresentação dos pedidos de apoio ao financiamento municipal. Salienta-se que, tendo sido aprovado o Sistema de Controlo Interno (SCI) da Câmara Municipal, as entidades beneficiárias dos apoios aqui propostos devem agora cumprir o disposto no art.º 143º do SCI, que dispõe o seguinte: *1 No âmbito dos apoios referidos no art.º 142º do SCI, as entidades, para além dos elementos constantes dos Regulamentos Municipais, devem instruir as suas candidaturas através da plataforma eletrónica - Portal do Associativismo – com, pelo menos, três orçamentos, da seguinte forma: a. para pedidos de apoio para realização de obras de valor igual ou superior a €5.000,00; b. para pedidos de apoio para aquisição de bens e serviços de valor igual ou superior a €2.500,00. 2 Os apoios municipais para realização de obras são concedidos apenas para edificações e outras instalações que se encontrem licenciadas.* Assim, nos termos do referido Regulamento, submete-se à aprovação a atribuição dos seguintes subsídios: **1. Apoio à construção e requalificação de instalações desportivas** - No domínio da construção e requalificação de instalações desportivas, foram submetidas 47 candidaturas para a época desportiva em curso. Após verificação dos critérios de elegibilidade, foi realizada uma

avaliação qualitativa baseada nos termos do artigo 14º do RMADG. **1.a. Obras com comparticipação plurianual** - Mantendo-se a necessidade de continuar a dotar os principais clubes do concelho com relvados sintéticos, potenciando o seu desenvolvimento desportivo e a aposta na formação de jovens, a Câmara Municipal apoiará os seguintes clubes para a construção de novos relvados sintéticos: Brito Sport Clube, Clube Desportivo de Ponte, Grupo Desportivo de Gémeos, o Grupo Desportivo Souto e Gondomar e o CCD O Desportivo de Ronfe. Será, também, apoiada a construção da denominada Vila Desportiva do Moreirense Futebol Clube, complexo desportivo que agregará as valências deste clube num único espaço e que implicará um substancial esforço financeiro, por parte do Município, por um período de 3 anos. Serão, ainda, beneficiários de apoios plurianuais os seguintes clubes desportivos: o CART, para instalação de um novo piso em madeira no seu pavilhão, o Vitória Sport Clube para a renovação dos balneários do complexo desportivo e do seu pavilhão desportivo, o Guimagym e a AJKP, para instalação de nova academia desportiva para ginástica e karaté, numa antiga fábrica têxtil desativada, envolvendo um considerável esforço financeiro, a pagar em 6 anos. Estes apoios são discriminados no **Quadro 1**. -----

Quadro 1 -----

Entidade	Valor do subsídio (€)		Finalidade (e prazo)
	Ano de 2020	Total	
Brito Sport Clube	50.000,00	150.000,00	Relvado sintético, no total de €150.000,00, a pagar em 3 anos (€50.000,00/ano)
Grupo Desportivo de Gémeos	50.000,00	200.000,00	Relvado sintético, no total de €200.000,00, a pagar em 4 anos (€50.000,00/ano)
Guimagym/AJKP	66.666,00	399.996,00	Reformulação de espaço para a prática desportiva, no total de €399.996,00, a pagar em 6 anos (€66.666,00/ano)
Clube de Ténis das Taipas	48.000,00	145.000,00	Obras nos balneários e zonas de apoio, no total de €145.000,00, a pagar em 3 anos (€48.000,00 em 2020 e 2021 e €49.000,00 em 2022)
CD Xico Andebol	25.000,00	50.000,00	Obras de beneficiação do pavilhão, no total de €50.000,00, a pagar em 2 anos, (€25.000,00/ano)
Clube Desportivo de Ponte	50.000,00	150.000,00	Relvado sintético e obras na cobertura dos balneários, no total de €150.000,00, a pagar em 3



11.

[Handwritten signature]

			anos (€50.000,00/ano)
CART	30.000,00	55.000,00	Piso para o pavilhão desportivo, no total de €55.000,00, a pagar em 2 anos.
Grupo Desportivo Souto e Gondomar	50.000,00	200.000,00	Relvado sintético, no total de €200.000,00, a pagar em 4 anos (€50.000,00/ano)
Moreirense Futebol Clube	200.000,00	600.000,00	Construção da Vila Desportiva, no total de €600.000,00, a pagar em 3 anos (€200.000,00/ano)
CCD O Desportivo de Ronfe	50.000,00	200.000,00	Relvado sintético, no total de €200.000,00, a pagar em 4 anos (€50.000,00/ano)
JUNI	20.000,00	40.000,00	Obras de beneficiação nos balneários, no total de €40.000,00, a pagar em 2 anos (€20.000,00/ano)
Vitória Sport Club	165.000,00	330.000,00	Obras de beneficiação nos balneários do complexo e pavilhão, no total de €330.000,00, a pagar em 2 anos (€165.000,00/ano)
TOTAL	804.666,00	2.519.996,00	

1.b. Obras com comparticipação única anual - A requalificação de algumas instalações desportivas exige uma intervenção urgente no sentido de dotá-las de condições adequadas para a prática desportiva diária, o que exige um esforço financeiro significativo, pelo que se considerou fundamental apoiar os clubes desportivos com uma forte dinâmica formativa e um número muito expressivo de atletas em competição, conforme descrito no Quadro 2.

Integram-se neste grupo, os seguintes clubes desportivos: Grupo Desportivo Recreativo e Cultural de Candoso S. Tiago, Associação Cultural e Desportiva Ases Sta. Eufémia, o GCD Águias Negras Tabuadelo, a União Desportiva de Airão, o Centro Social e Paroquial de S. Martinho de Candoso e a Associação de Desportos de Combate KTF de Guimarães, Os Sandinenses GDRC e o Grupo Desportivo União Torcatense. -----

Quadro 2 -----

Entidade	Valor do subsídio	Finalidade
ACD Ases St.ª Eufémia	20.000,00	Obras de beneficiação nos balneários, sala de reuniões,
GDRC Candoso S. Tiago	20.000,00	Obras de beneficiação do campo de jogos
GCD Águias Negras	25.000,00	Construção de bancada no campo de jogos
União Desportiva de	20.000,00	Requalificação da iluminação do campo de jogos
CSP S. Martinho Candoso	25.000,00	Obras bancada, espaços exteriores, requalificação térmica
AD Combate KTF de Guimarães	2.000,00	Aquisição de tatami
Os Sandinenses GDRC	20.000,00	Obras campo de Jogos
GD União Torcatense	20.000,00	Obras campo de jogos
Total	152.000,00	

2. Apoio à formação desportiva - No domínio da do apoio à formação desportiva, foram submetidas 48 candidaturas para 2019-2020. Após

verificação dos critérios de elegibilidade, foi realizada uma avaliação qualitativa nos termos do artigo 10º do RMADG, propondo-se atribuir subsídio a 47 clubes desportivos, conforme se indica no **Quadro 3**. -----

Quadro 3 -----

Entidade	Valor do subsídio (€)
Vitória Sport Club	120.000,00
Moreirense Futebol Clube	20.000,00
Clube Desportivo Xico Andebol	17.500,00
CART	12.500,00
Casa do Povo de Fermentões	12.500,00
Futebol Clube "Os Piratas de Creixomil"	12.500,00
Guimarães Rugby Union Football Club	12.500,00
GDR "Os Amigos de Urgeses"	12.500,00
Brito Sport Clube	12.500,00
CCD Desportivo de Ronfe	12.500,00
Clube de Caçadores das Taipas	10.000,00
Pevidém Sport Clube	10.000,00
GD União Torcatense	10.000,00
Os Sandinenses GDRC	10.000,00
GCD Águias Negras Tabuadelo	10.000,00
Clube Desportivo de Ponte	10.000,00
GRCD Candoso Santiago	10.000,00
GRC Aldão	10.000,00
União Desportiva de Polvoreira	10.000,00
ACD Ases Santa Eufémia	10.000,00
Guimagym	10.000,00
Centro Social e Paroquial de Candoso	10.000,00
Associação Juvenil de Karaté Portugal	7.500,00
Academia de Patinagem de Guimarães	6.000,00
GD Unidos do Cano	5.000,00
Salgueiral – SARC	5.000,00
JUNI	5.000,00
Grupo Desportivo de Selho	5.000,00
GTeam - Guimarães Football Club	2.500,00
Centro Social de Brito	2.500,00
União Desportiva de Airão	2.500,00
UCRD de Guardizela	2.500,00
Clube Ténis de Guimarães	2.000,00
GDRC Os Mesmos das Cancelas da Veiga	2.000,00
Clube de Ténis de Mesa das Taipas	2.000,00
Grupo Desportivo de Serzedelo	1.500,00
ARCAP	1.500,00
Núcleo de Atletismo das Taipas	1.500,00
Clube Rope Skipping das Taipas	1.500,00
ACRD Nespereira	1.000,00
ADC KFT Guimarães	1.000,00
Clube de Ténis das Taipas	1.000,00
Grupo Recreativo e Desportivo de Donim	1.000,00
Associação AMAR BTT Torcatense	1.000,00
Associação Juvenil Fórum Airão S. João	1.000,00
Associação Cultural e Recreativo Lordelo	1.000,00
TOTAL	428.500,00



3. Apoio à realização de eventos desportivos - No domínio da realização de eventos desportivos, foram submetidas 41 candidaturas para esta época desportiva. Após verificação dos critérios de elegibilidade, foi realizada uma avaliação qualitativa nos termos do artigo 10º do RMADG, propondo-se atribuir subsídios a 20 associações, conforme consta do **Quadro 4**. -----

Quadro 4 -----

Entidade e finalidade...	Valor do subsídio (€)
Associação de Futebol Popular de Guimarães – Organização dos Campeonatos	€15.000,00
Associação de Ciclismo do Minho – Passeio Dia Um de Portugal	€10.000,00
Guimagym – Sarau Solidariedade e Guimagym Cup	€5.000,00
ERDAL – Trail de Urgeses e Trilho do Fundador	€5.000,00
Clube Industrial de Pevidém – Feira de Caça e Campeonato do Mundo de Tiro e apoio logístico	€3.000,00
CD Xico Andebol – Torneios Festand	€3.000,00
Conquistadores – Moto Clube de Guimarães – Concentração Motard de Guimarães	€3.000,00
Os Sandinenses – Guimarães CUP	€2.500,00
União Cultural Desportiva e Recreativa de Guardizela – Torneios de Golf e Luso Galaico	€2.000,00
GDRC Os Amigos de Urgezes – Guimarães Chess Open	€2.000,00
Núcleo de Atletismo das Taipas – Grande Prémio de Atletismo das Taipas	€2.000,00
Moto Clube das Taipas – Concentração Motard das Taipas	€1.750,00
Associação Vimaranesse Super Cães – Prova de Obediência e Troféu	€1.500,00
Clube Desportivo de Ponte – Ponte Foot Cup	€1.500,00
Clube de Caçadores das Taipas – Taipas Termal Cup e Taipas Cup	€1.500,00
GTEAM – Guimarães Football Club – II Torneio de Futsal Ibérico	€1.000,00
Centro Social Recreativo e Cultural de Campelos – Corrida Solidária Pontis Petrina	€1.000,00
JUNI – 40.º Grande Prémio de Atletismo	€1.000,00
Casa do Povo de Cerzedo – Grande Prémio de Atletismo de Cerzedo e Cicloturismo de Calvos	€1.000,00
Núcleo de Árbitros do Vale do Ave – Comemorações do aniversário	€500,00
TOTAL	€63.250,00

4. Apoio à atividade competitiva internacional e deslocações ao estrangeiro - No domínio da atividade competitiva internacional e deslocações ao estrangeiro, foram submetidas 8 candidaturas para esta época desportiva. Após verificação dos critérios de elegibilidade, foi realizada uma avaliação qualitativa nos termos do artigo 10º do RMADG, propondo-se que a Câmara Municipal apoie duas associações, conforme consta do **Quadro 5**. -----

Quadro 5

Entidade e finalidade...	Valor do subsídio (€)
AMAR BTT Torcatense – Várias Provas Internacionais de BTT	4.000,00
Clube Rope Skipping das Taipas - Campeonato do Mundo no Canadá	3.000,00
TOTAL	7.000,00

II - CONTRATOS-PROGRAMA TRANSITADOS DA ÉPOCA DESPORTIVA 2018-2019 - Por deliberação de 28 de fevereiro de 2019 foi aprovada a atribuição de subsídios para a época desportiva 2018-2019, de acordo com os Quadros 6 e 7. Contudo, as entidades beneficiárias não apresentaram, dentro do prazo previsto, os respetivos comprovativos - informação de conclusão dos projetos ou relatórios de atividades – conforme previsto nos correspondentes contratos-programa. Contactadas para o efeito, as entidades vieram solicitar a prorrogação daquele prazo, pelo que se propõe o deferimento do pedido estabelecendo-se novo prazo até 31 de dezembro de 2020.

Quadro 6 (Obras)

Entidade	Valor do subsídio (€)	Finalidade
CCDC Gandarela	20.000,00	Execução de projeto, balneários e salas de apoio - 2019
Grupo Desportivo Serzedelo	20.000,00	Execução de projeto dos balneários e demais instalações - 2019
TOTAL	40.000,00	

Quadro 7 (Formação)

Entidade	Valor do subsídio (€)
GRCD Cadoso Santiago	5.000,00
Academia de Patinagem de Guimarães	3.000,00
Grupo Desportivo de Serzedelo	750,00
GDRC Os Mesmos das Cancelas da Veiga	500,00
Clube de Ténis das Taipas	500,00
Grupo Recreativo e Desportivo de Donim	500,00
Clube Desportivo de Guimarães	250,00
TOTAL	10.500,00

Em síntese, e no conjunto, são atribuídos apoios municipais aos clubes e associações desportivas sedeados no Município de Guimarães, para a época desportiva 2019-2020, no valor total de **€1.455.416,00.” DELIBERADO**



11.

APROVAR POR UNANIMIDADE. DELIBERADO APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A ATRIBUIÇÃO DOS SEGUINTE APOIOS: GRUPO DESPORTIVO DE GÉMEOS – RELVADO SINTÉTICO, NO TOTAL DE €200.000,00, A PAGAR EM 4 ANOS (€50.000,00/ANO); GUIMAGYM/AJKP - REFORMULAÇÃO DE ESPAÇO PARA A PRÁTICA DESPORTIVA, NO TOTAL DE €399.996,00, A PAGAR EM 6 ANOS (€66.666,00/ANO); GRUPO DESPORTIVO SOUTO E GONDOMAR - RELVADO SINTÉTICO, NO TOTAL DE €200.000,00, A PAGAR EM 4 ANOS (€50.000,00/ANO); MOREIRENSE FUTEBOL CLUBE - CONSTRUÇÃO DA VILA DESPORTIVA, NO TOTAL DE €600.000,00, A PAGAR EM 3 ANOS (€200.000,00/ANO); CCD O DESPORTIVO DE RONFE - RELVADO SINTÉTICO, NO TOTAL DE €200.000,00, A PAGAR EM 4 ANOS (€50.000,00/ANO); VITÓRIA SPORT CLUB - OBRAS DE BENEFICIAÇÃO NOS BALNEÁRIOS DO COMPLEXO E PAVILHÃO, NO TOTAL DE €330.000,00, A PAGAR EM 2 ANOS (€165.000,00/ANO). -----

DIVERSOS – CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO NO MONTANTE DE €12.000.000 – ALTERAÇÕES À MINUTA DO CONTRATO –
Presente a seguinte informação: “Por deliberação da Assembleia municipal, tomada em sua sessão de 27/09/2019, mediante proposta da Câmara Municipal, aprovada em sua reunião de 12/9/2019, foi autorizada a contratação de um empréstimo de longo prazo, no montante de €12.0000.000,00, destinado à cobertura de necessidades de investimento a inscrever no orçamento municipal para o ano 2020. Para o efeito e, conforme determina o n.º 2, do artigo 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, foi aprovado o plano de investimentos respetivo. Nos termos da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, o contrato foi submetido a visto do Tribunal de Contas, tendo este Tribunal solicitado esclarecimentos do processo, nomeadamente que se ajustasse o plano de investimentos ao Plano

Plurianual de Investimentos aprovado para o ano 2020, submetendo nova proposta que será parte integrante do contrato, e sugerido que o Município ponderasse alterar as cláusulas contratuais da seguinte forma: - Alteração dos n.ºs 1 e 2 da cláusula sétima, (capitalização de juros), nº5 da cláusula décima (limitação futura do município) e n.º 4 da cláusula décima terceira, (proteção de dados). A aceitação das alterações das cláusulas contratuais constantes da minuta do contrato do empréstimo é da competência da Assembleia Municipal, nos termos da alínea f) do nº 1 do artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Face ao exposto, coloca-se à consideração superior a apresentação de uma proposta à aprovação da Câmara Municipal para que, no exercício da sua competência prevista na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, do mesmo diploma legal, submeta à aprovação da Assembleia Municipal: - A autorização da alteração ao plano de investimentos, nos termos constantes do Anexo I, e que será parte integrante do contrato, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro; - A aprovação das alterações às respetivas cláusulas contratuais, constantes da minuta do contrato que se junta como Anexo II. À consideração superior.” A minuta do aditamento ao contrato de crédito dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

DIVERSOS – ALTERAÇÃO AO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO – Presente a seguinte informação: “Na sequência do estudo que está a ser desenvolvido com os serviços, relativo à implementação das normas constantes do Sistema de Controlo Interno (SCI), detetaram-se pequenas incorreções nos artigos 89º e 128º que importa corrigir. **Capítulo VIII, Secção IV** – tendo em vista delimitar o âmbito de aplicação, uma vez que



11.

apenas se aplica à Divisão de Contratação Pública e Gestão de Financiamentos, o título da **Secção IV** do Capítulo VIII passa a ter seguinte redação: *"Procedimentos específicos de contratação pública da responsabilidade da Divisão de Contratação Pública e Gestão de Financiamentos"*. **Nº 1 do art.º 89.º**, relativo aos procedimentos específicos, passa a ter a seguinte redação: (...) *Sem prejuízo dos procedimentos pré-contratuais previstos no Código dos Contratos Públicos, a aquisição de bens e serviços, da competência da Divisão de Contratação Pública e Gestão de Financiamentos (DCPGF), enquadrada no procedimento de ajuste direto simplificado, deve (...)"* **Art.º 128.º, o nº 7**, passa a ter a seguinte redação: "7 - As ajudas de custo devem ser validadas pelos responsáveis de cada unidade orgânica, competindo ao DRH a retificação de despesas com o subsídio de alimentação e outras previamente assumidas por defeito pelo sistema informático." **Art.º 128.º, o nº 10**, é eliminado. Assim, submete-se à consideração superior que as alterações propostas sejam submetidas à aprovação da Câmara Municipal, mantendo-se, contudo, o prazo de entrada em vigor do SCI (22/02/2020)." O Sistema de Controlo Interno dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS E QUARENTA E CINCO MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----

António Bicocha

